

INFORMAÇÃO SOBRE O TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS DE CLIENTES E FORNECEDORES Art. 13 e 14 do Regulamento (UE) n. 679/2016

São fornecidas as seguintes informações sobre o tratamento de dados pessoais transmitidos à Empresa:

1. Responsável pelo Tratamento de Dados e Proteção de Dados

O Responsável pelo Tratamento de Dados é a empresa **MARCOLIN PORTUGAL Artigos de Óptica, Unipessoal, Lda.**, NIPC 502 671 777, com sede em Rua Quinta das Conselheiras, n.º 2-B Loja, Monte da Caparica, 2825-146 Caparica, Portugal (por uma questão de brevidade designada “Empresa” ou “Sociedade”).

Atenta a actividade comercial desenvolvida pela Empresa e as operações que realiza, a mesma não se encontra obrigada à designação de Encarregado de Protecção de Dados.

A Empresa nomeou como seu representante, em matéria de tratamento de dados, JOÃO DANIEL DIAS MARQUES, que pode ser contactado através do endereço jmarques@marcolin.com

2. Tipo de dados tratados, finalidades e base jurídica para o tratamento

São recolhidos e tratados pelo Responsável pelo Tratamento:

i) Dados pessoais de natureza comum (dados de contacto, nome e apelidos, dados de identificação, função/cargo, endereço de correio eletrónico) do cliente ou do fornecedor, para finalidades pré-contratuais, de execução da relação contratual e para o cumprimento de obrigações administrativas, contabilísticas e fiscais relacionadas com a faturação.

A base jurídica do tratamento dos dados é, assim, o cumprimento de obrigações contratuais e de obrigações legais.

ii) Dados pessoais de natureza comum, tais como dados de contacto, nome e apelidos, dados de identificação, função/cargo e endereço de correio eletrónico do cliente ou do pessoal do cliente, mediante consentimento, para finalidades de envio de comunicações de marketing (nomeadamente newsletters e convites para eventos).

A base jurídica do tratamento dos dados é o consentimento.

iii) Dados pessoais de natureza comum, tais como dados de contacto, nome e apelidos, dados de identificação, função/cargo e endereço de correio eletrónico do cliente ou do pessoal do cliente, para finalidades de envio de comunicações comerciais relativas a produtos ou serviços idênticos ou semelhantes aos produtos/serviços objeto do contrato celebrado com o cliente (*soft spam*), realização de inquéritos (surveys) e atualização dos serviços empresariais disponibilizados ao cliente, salvo oposição.

A base jurídica do tratamento dos dados é o interesse legítimo do Responsável pelo Tratamento no aprimoramento do serviço contratual e na satisfação do cliente (customer satisfaction).

iv) Dados pessoais de natureza comum (dados de contacto, nome e apelidos, dados de identificação, função/cargo e endereço de correio eletrónico), tratados para finalidades organizativas, administrativas e contabilísticas, com base no interesse legítimo do Responsável pelo Tratamento na otimização e coordenação dos processos e serviços.

v) Dados pessoais do Cliente (designadamente nome, apelidos, endereço de correio eletrónico e número de telefone) poderão ser tratados para efeitos da disponibilização do serviço de Autenticação Multifator (Multi-Factor Authentication – MFA) para acesso ao site *mymarcolin*, para finalidades de segurança, nomeadamente através da prevenção e bloqueio de acessos não autorizados à conta pessoal do Cliente.

A base jurídica do tratamento é o consentimento prestado pelo Cliente para a ativação do serviço MFA.

3. Divulgação de dados a terceiros - Destinatários dos dados

A Sociedade poderá comunicar os dados tratados para as finalidades acima referidas a: **i)** sujeitos internos da organização devidamente autorizados para o tratamento dos dados; **ii)** sujeitos externos pertencentes às seguintes categorias: consultores externos, sociedades prestadoras de serviços (sociedades de transporte e expedição, de serviços de marketing e informáticos, de serviços de natureza fiscal e creditícia), a rede comercial da Sociedade (agentes), instituições bancárias, entidades e organismos de controlo e fiscalização; **iii)** outras sociedades do Grupo Marcolin/Vision Service Plan, incluindo aquelas estabelecidas nos Estados Unidos da América. A transferência de dados para os Estados Unidos da América, para outras sociedades do Grupo (sendo a Vision Service Plan sediada no Estado da Califórnia), é

MARCOLIN

realizada em conformidade com o RGPD e com base em garantias adequadas, nomeadamente através da adoção das cláusulas-tipo de proteção de dados aprovadas pela Comissão Europeia.

Sem embargos das obrigações, em matéria de proteção de dados, assumidas contratualmente pelas empresas e entidades privadas contratadas pela Empresa, atinentes ao cumprimento das imposições legais e de garantia de tratamento de dados pessoais que lhes possam ser fornecidos pela Empresa, todos os fornecedores e prestadores de serviços (privados) contratados têm conhecimento e encontram-se abrangidos pelas orientações constantes da presente nota informativa.

4. Métodos de processamento e tempos e critérios de retenção de dados

Os dados tratados, seja em formato impresso ou digital, serão conservados pelo período necessário para a realização das finalidades acima indicadas e, em particular, respetivamente:

- i) pelo prazo legal de prescrição aplicável à conservação de contratos e de dados administrativos e/ou para efeitos de defesa em juízo, sempre que necessário;
- ii) até à manifestação de oposição (opt-out) por parte do titular dos dados, ou seja, até ao cancelamento da subscrição das comunicações de marketing e, em qualquer caso, por um período máximo de 2 (dois) anos a contar do último consentimento prestado ou da última manifestação de interesse;
- iii), iv), v) pela duração da relação contratual e, em qualquer caso, até ao limite máximo de 2 (dois) anos a contar da última manifestação de interesse.

5. A comunicação dos dados referidos no ponto 2 deve ser considerada:

- i) Obrigatória para a execução da relação contratual e para o cumprimento de obrigações legais. A não comunicação dos dados implica a impossibilidade de prosseguir as finalidades acima indicadas.
- ii) Facultativa para o envio de comunicações de marketing, podendo o titular dos dados, a qualquer momento, opor-se ao tratamento mediante a manifestação de oposição (opt-out), através da secção específica intitulada “Gestão de Preferências” ou “Cancelar Subscrição”, disponível no rodapé de cada comunicação.
- iii) Facultativa para a realização de inquéritos (surveys), para a atualização dos serviços empresariais e para o envio de comunicações comerciais do tipo soft spam dirigidas ao cliente, podendo este opor-se ao tratamento mediante a manifestação de oposição (opt-out), através da secção específica intitulada “Gestão de Preferências | Cancelar Subscrição”, disponível no rodapé de cada comunicação.

6. Direitos do titular dos dados pessoais, retirada de consentimento e reclamação à Autoridade de controlo

O titular dos dados tem o direito de solicitar o acesso aos seus dados pessoais, retificação, cancelamento e restrição dos dados, de se opor ao tratamento e de exercer o direito à portabilidade dos dados a qualquer momento, sempre que, comprovadamente, a mesma se mostre justificada, legalmente admissível e não prejudique ou faça perigar a execução e o exercício de direitos conexos com os contratos celebrados. Bem como o de retirar o seu consentimento a qualquer momento, sendo que essa retirada de consentimento não afeta a licitude do tratamento realizado anteriormente.

Em caso de alegada infração pela **Empresa**, assiste ao titular dos dados o direito de apresentar queixa junto de uma autoridade de controlo, nomeadamente no Estado-Membro da sua residência habitual, local de trabalho ou local da alegada infração.

No caso de Portugal, a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) é a autoridade de controlo nacional para efeitos do RGPD e da Lei de Protecção de Dados Pessoais (Lei n.º 58/2019, de 08 de Agosto). Pelo que, sem prejuízo do direito de apresentação de queixa à CNPD, o titular dos dados poderá recorrer a meios de tutela administrativa, designadamente de cariz petitiório ou impugnatório, para garantir o cumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais, nos termos previstos no Código do Procedimento Administrativo.

7. Perfis e processos automatizados de tomada de decisão

O processamento não é realizado utilizando processos de tomada de decisão automatizados (por exemplo, perfis).

8. Contactos e perguntas

MARCOLIN

Para conhecer a lista dos **Delegados de Privacidade** e dos **Responsáveis pelo Tratamento** designados, para obter mais informações relativamente à **transferência de dados para países fora da UE** (incluindo os Estados Unidos da América) e às **medidas de salvaguarda adotadas para a proteção dos seus dados**, bem como para **revogar qualquer consentimento eventualmente prestado** ou para **exercer os direitos previstos no RGPD** (acesso, retificação, apagamento, limitação do tratamento, oposição e portabilidade), poderá enviar um pedido para o endereço de correio eletrónico: infoportugal@marcolin.com

Última atualização: maio de 2026